



Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa de Goiás

A deputada que o presente subscreve na forma regimental e após manifestação plenária, requer a Vossa Excelência, determinar o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor **MARCONI FERREIRA PERILLO JÚNIOR, Governador do Estado de Goiás** e ao Senhor **JOAQUIM CLÁUDIO FIGUEIREDO MESQUITA, Secretário de Segurança Pública e Justiça do Estado de Goiás**, solicitando o número de agentes de segurança pública que se submetem a tratamento psicológico e psiquiátrico no Estado.

JUSTIFICATIVA

A profissão do agente de segurança pública goiano, em especial os policiais militares, policia civis e policiais rodoviários, é uma atividade alto risco, uma vez que esses profissionais lidam, no seu cotidiano, com a violência, a brutalidade e a morte. Os policiais estão entre os profissionais que mais sofrem de estresse, pois estão constantemente expostos ao perigo e à agressão, devendo frequentemente intervir em situações de problemas humanos de muito conflito e tensão.

Embora a depressão e o suicídio sejam fenômenos que atravessam toda a sociedade e todos os tempos, não existindo ninguém nem nenhuma profissão que lhe seja imune, não é sem sentido que a profissão policial é considerada, mundialmente, como uma das que apresentam maiores riscos de se vir a desenvolver comportamentos depressivos e/ou suicidas.

Contribuem para isso vários fatores, entre os quais se destacam a própria conjuntura da segurança pública, a estrutura organizacional das corporações, a cultura policial, o isolamento social próprio da atividade e a imagem pública negativa.

No mundo inteiro, a incidência da depressão e suicídio nos policiais tem aumentado, levando vários países a desenvolverem planos de prevenção, visando a reorganização dos cuidados da saúde mental dos mesmos.

No Brasil, em meio ao cenário de guerra urbana que se estabeleceu nas grandes cidades, os policiais, tornando-se, ao mesmo tempo, fonte e alvo da violência, experienciam, diariamente, perdas emocionais e materiais num padrão que se perpetua com o subsequente acúmulo de medo, ressentimento, frustração, raiva e mais violência.

Independentemente da necessidade de estudos aprofundados para aquilatar o real impacto da variedade de acontecimentos traumáticos característicos da atividade policial (acidentes de trânsito graves, crianças sexualmente abusadas ou mal-tratadas, mortes, ferimentos ou suicídio de colegas, homicídios, etc.), torna-se evidente a sua influência na etiologia da depressão e da tendência suicida entre esses profissionais.

Embora o comportamento suicida não pareça ser influenciada por características individuais, como a idade, tempo de serviço, estado civil, grau de instrução, existência de filhos, o mesmo não pode ser dito com relação à insatisfação com o trabalho, pois o sofrimento psíquico e a depressão dela decorrentes já constituem sinais de alerta que não podem ser desprezados. A satisfação no trabalho correlaciona-se negativamente com a depressão e o desânimo existindo correlações positivas entre o índice de depressão e as várias questões que caracterizam o comportamento suicida, não sendo difícil encontrar-se um policial que já tenha pensado em suicidar-se, apresentando alguns sintomas de depressão moderada.

As evidências indicam que uma quantidade relativamente alta dos policiais goianos sofra de problemas de saúde mental considerados sérios, a exemplo de depressão e ansiedade patológica (fobia simples, síndrome do pânico, transtorno obsessivo compulsivo, transtorno de estresse pós-traumático, fobia social e outras) ou apresente níveis de estresse e/ou algum tipo de desconforto psíquico menor que prejudica o desempenho de seu trabalho.

Se o sofrimento psíquico dos policiais está diretamente relacionado ao fazer da polícia e, portanto, à qualidade que esse fazer apresenta, deveríamos estar preocupados com as suas condições de trabalho e, principalmente, com a sua saúde mental, mas estamos sacrificando o bem-estar psicológico destes homens e mulheres de maneira fria e brutal.

Nessa ótica, faz-se necessário que o Governo e a sociedade encarem séria e definitivamente as questões relativas à motivação e à saúde física e mental dos policiais porque, em última análise, além de vitimá-los e aos seus familiares, atingem ampla e gravemente a todos nós. Devemos nos preocupar com sua educação, suas carreiras, os seus salários, as suas condições de trabalho e sua saúde, para que nossos agentes de segurança pública estejam aptos a prestarem um serviço de qualidade à nossa população, sem que isso os prejudiquem excessivamente.

Sala das Sessões aos de de 2015.

Atenciosamente,

Delegada Adriana Accorsi
Deputada Estadual
Assembleia Legislativa do Estado de Goiás